

Brasil e Portugal: representações e debates*

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Nós aqui, como colonos, temos mais deveres e os brasileiros mais direitos. Temos mais deveres porque como elementos de um organismo social - o Brasileiro - que nos assegura todas as regalias de uma civilização superior, permitindo-nos a liberdade de exercer as variadíssimas aptidões de nossa atividade, [...] incumbindo-nos por esse fato de não ser indiferentes aos seus fins e intuitos, concorrendo para seus progressos, não perturbando a ordem, e respeitando-a sobre qualquer aspecto que ela nos apareça em tempos anormais, como o atual -, não devemos e não podemos deixar de nutrir para com a pátria de nascimento (...) os deveres espontâneos que toda a pátria atribui a seus filhos." ...¹

Em jornais e publicações, rotineiras ou comemorativas, divulgadas em cidades como Rio de Janeiro e Lisboa, tornaram-se cada vez mais perceptíveis as dificuldades mútuas experimentadas por brasileiros e portugueses, sobretudo quanto às representações que contribuíram para desenvolver ou minimizar as atrações positivas e negativas entre ambos. O texto em epígrafe descreve os conflitos de um imigrante português no Brasil. Sempre adquirindo novas nuances, os conflitos entre brasileiros e portugueses foram muito freqüentes, não só para o autor. Com o aumento da imigração portuguesa para o Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século XIX houve também a ampliação de registros formais de suas impressões em livros, revistas, jornais e em correspondências. O enriquecimento de alguns promoveu a filantropia e permitiu a fundação de instituições que pretendiam apoiar

* Texto elaborado a partir de pesquisa financiada pelo CNPq. Agradeço a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica da UERJ Alex Cassal, Izabel Priscila Pimentel da Silva e Roberta Gonçalves.
¹ Texto do livro *Os portugueses no Brasil* de Antônio Gomes d' Azevedo Sampaio Gomes. Rio de Janeiro, s/ed., 1899, p. 41-42.

recém imigrados ou ajudar na integração de outros, iniciativas culturais estas que delinearam novas imagens e representações mútuas. Livros e publicações expuseram as dificuldades, preconceitos e expectativas de brasileiros e portugueses diante das transformações experimentadas por ambos, com a migração e a convivência urbana.

Anteriores animosidades se acentuaram em virtude, por exemplo, da manutenção do controle exercido por famílias portuguesas no comércio varejista brasileiro, muitas vezes alvo de desentendimentos que ultrapassavam as páginas impresas. Por outro lado, em Portugal, havia no seio da elite política e de intelectuais, enormes preocupações em virtude da migração constante e significativa, não só para o Brasil, mas também para a América. Nas representações na imprensa, tanto portuguesa, quanto brasileira, em textos e caricaturas, ficavam bastante claros os antagonismos e os preconceitos de ambos e também algumas tentativas de analisar questões de duplo interesse, por um viés menos parcial.

As dificuldades e os problemas encontrados pelos imigrantes que em muitos casos chegavam ao Brasil totalmente desinformados, e eram explorados pelos agentes de imigração, criaram, no imaginário português, sustentado também por campanhas realizadas em Portugal, uma idéia quanto ao perigo de imigrar para o Brasil. Ao lado disto havia uma rejeição ou tratamento caricatural do chamado "brasileiro", uma espécie de burguês fidalgo, alvo fácil de comentários jocosos sobre seus hábitos e maneiras. A impressão forte deixada pelos "brasileiros" chegou a se ampliar e atingir o Imperador Pedro II quando de sua viagem a Portugal, em 1871. Os comentários mordazes de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão em uma publicação denominada *As Farpas* tornaram uma visita do Imperador um acumulado de gafes e atitudes dignas de uma comédia de erros. Pela repercussão, as críticas da publicação portuguesa mereceram respostas de autores brasileiros, como José Soares Pinto Correia, que no Recife atacou em texto os habitantes da antiga metrópole. E os desdobramentos dessas trocas de acusações e ofensas açodaram de tal forma os ânimos que a população da pequena cidade de Goiânia, em Pernambuco, atacou os portugueses habitantes da cidade, bem como suas lojas, tornando a situação tão calamitosa que houve necessidade de se transferir tropas do Recife, na tentativa de se obter alguma tranqüilidade ao mesmo tempo que pasquins locais repercutiam novas notícias de outros números de *As Farpas*.

Diante da emocional reação brasileira, tanto através de publicações como de fato, às críticas e comentários jocosos da publicação portuguesa, não só quanto ao Imperador como aos hábitos e à higiene dos brasileiros, as respostas dos redatores de

As Farpas mostraram surpresa e desprezo, aflorando também o azedume de ambas as posições. As "vésperas pernambucanas"² denominação dada por Ramalho aos conflitos anti-lusitanos ocorridos no Nordeste do Brasil, receberam comentários no número de julho-agosto de 1872 da publicação portuguesa. Comentários duros sobre o Brasil e os brasileiros que viveriam "nestas províncias semi-bárbaras" alimentados pela inveja da preponderância econômica dos portugueses, acrescentando que "o brasileiro detesta o português", sobretudo se comparado ao ódio entre americanos e ingleses. E deduz: "teria que ver se os srs. brasileiros, depois de serem célebres pela sua ridícula bonomia, aspiravam a serem gloriosos pela sua ensangüentada ferocidade".³ As antigas desavenças não estavam esquecidas e ajudavam a dar continuidade a representações que ambas as partes mantinham vivas no imaginário social.⁴

* * *

Esta recíproca aversão entre brasileiros e portugueses manteve-se, adquirindo novas feições. No entanto, muitas publicações procuravam não assimilar críticas negativas e se mantinham como divulgadoras de textos e sugestões idealizadas, na tentativa de melhor aproximar as duas nações. Porém, alguns jornais registravam críticas e enfatizavam preconceitos. Havia, no entanto, aqueles que se ocupavam de temas que privilegiavam questões de interesse literário, sobretudo em virtude dos autores portugueses serem muito apreciados no Brasil. Este é caso do jornal *O Paiz* que publicava regularmente colunas sobre eventos, cursos e também anúncios de livrarias especializadas em obras portuguesas. O *Jornal do Commercio* também era importante fonte de divulgação de livreiros e livrarias, com ênfase em livros portugueses.⁵

Porém, diferenças entre objetivos e interesses levaram a elaboração de imagens distintas entre Brasil e Portugal, que perduraram ao longo de todo o século XIX e também no século XX, tornando-se efetivos em obras e textos impressos no Brasil

² A expressão foi usada para compará-las aos célebres motins antifranceses, na Sicília, no século XIII. Ver em *Êça de Queirós antibrasileiro?* de João Medina. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000, p. 74-75

³ João Medina, op.cit. p. 77.

⁴ Ver Amado Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães. *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000. Ver capítulo 6: As relações culturais ao longo do século XIX, de autoria de Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. p. 175-199.

⁵ Ver anúncios do jornal *O Paiz*, e do *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, entre 1901 e 1910 sobre publicações portuguesas.

e em Portugal. Do lado de lá, os portugueses procuravam ressaltar a ingratidão do Brasil em relação à antiga Pátria-Mãe, que fora pródiga em todos os momentos e que era, depois da Independência, antagonizada. Por exemplo, o não reconhecimento de direitos autorais, situação freqüente quanto a autores portugueses no Brasil, prejudicava a todos, inclusive livreiros e editores portugueses. Críticas portuguesas contundentes dirigiam-se, por exemplo, ao desinteresse brasileiro quanto à assinatura de um tratado que pusesse fim às disputas pelos direitos autorais. Na ótica dos negociadores portugueses, essa atitude, evidenciada pelo fracasso de alguns projetos de lei a respeito, permitia que os brasileiros permanecessem isentos de taxas e obrigações. O impasse somente foi superado em 1912, com a aprovação da proteção internacional aos direitos autorais, embora antecedida pela convenção firmada pelo governo republicano já em 1889.

Desde o início do século XIX comerciantes portugueses, inicialmente denominados "tratantes de livros", eram ativos no Rio de Janeiro. Só tinham um comitador importante: os livreiros franceses que também se deslocaram para o Brasil percebendo no mercado brasileiro um importante e promissor terreno a ser explorado. A partir daí deu-se uma reviravolta na quantidade e na qualidade das obras introduzidas no Brasil, inclusive aquelas que constavam das listagens de livros proibidos, situação comum e sob forte controle das autoridades portuguesas antes da Independência. Era necessário formalizar pedidos de licenças ao Desembargo do Paço para importação e despacho de livros nas Alfândegas da Corte, nos Registros de Estrangeiros, nos editais da Intendência de Polícia e também nos anúncios publicados nos jornais da época. Mais tarde, com a liberdade de imprensa assegurada, prosseguiu-se em uma longa negociação para alcançar relativa proteção aos direitos autorais no Brasil. Tudo isso apesar dos esforços incansáveis das autoridades portuguesas, mais preocupadas e temerosas com os desdobramentos dessa omissão legal. No entanto não se pode afirmar que tenha havido crimes de vulto contra a propriedade literária e alguns autores avaliam que o crescimento das casas impressoras brasileiras deve seu dinamismo à ausência mesmo destes direitos.⁶

Apesar de algumas iniciativas de proteção aos autores e algumas reservas à publicação, as autoridades tiveram, neste período, um fraco controle sobre o processo de impressão e divulgação de obras. Desde o Tratado Brasil-Portugal de 29 de agosto de 1825, no qual se reconhecia a Independência do

⁶ Laurence Hallewell. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1985 p. 170

Brasil, e que "as propriedades dos súditos portugueses seriam protegidas e religiosamente guardadas no Brasil" e do artigo 261 do *Código Criminal do Império*, de dezembro de 1830, que definia como crime "imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros."⁷ não se tinha efetivamente nenhuma proposta específica para regulamentar a questão.

Em meados do século XIX houve algumas iniciativas de políticos brasileiros, através de projetos apresentados à Câmara dos Deputados, entre os quais duas tentativas de Gavião Peixoto sobre direitos autorais. Também Quintino Bocaiúva, político e escritor, enfatizava a urgência da criação de uma legislação que protegesse os direitos de propriedade artística e literária. Todas estas críticas e sugestões só foram consolidadas quando da aprovação da proteção internacional dos direitos autorais, já mencionada anteriormente, em 1912.

A documentação consular entre Brasil e Portugal, trocada ao longo do século XIX, demonstrava as primeiras tentativas de negociar, procurando contemplar todos os itens e princípios gerais que evitassem "reclamações recíprocas", a respeito de questões já levantadas no tratado de 29 de agosto de 1825.⁸ Mas só em 1851 iniciaram-se as negociações do governo português com o brasileiro para celebração de uma convenção literária. Nos documentos ficaram registrados os limites da exasperação dos negociadores portugueses quanto à falta de critério e de urgência dos negociadores brasileiros, sobretudo em relação ao problema da propriedade literária. O Visconde de Atonguia em documento dirigido a José de Vasconcelos e Souza registrou: "Desejando o governo de Sua Majestade obstar por todos os meios ao seu alcance, ao manifesto e escandaloso roubo, da propriedade literária de autores portugueses, que nesse país se está praticando, dando assim os brasileiros ao mundo inteiro uma bem triste idéia da capacidade dos seus escritores, entendo dever propor ao Governo Imperial, um projeto de convenção literária fundada no princípio de uma perfeita reciprocidade, na esperança de que levado do mesmo princípio moral e de ordem."⁹

No entanto não se tratava exclusivamente de questões de propriedade literária

⁷ Hallewell, *op.cit.*, p.171

⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty. Correspondência consular. Do Visconde de Atonguia a José de Vasconcelos e Souza, 13 de dez de 1853.

⁹ *Idem*, *ibidem*.

ria, mas também de direitos e deveres sobre produtos portugueses importados pelo Brasil e vice-versa. O comércio em geral incorporava-se ao problema, e sempre haveria um forte interesse de se recuperar outros tipos de negociações anteriores, como também formar uma base legal satisfatória, à semelhança de acordos que já existiam entre a França e a Bélgica, com características basicamente universais. Toda argumentação fundamentava-se na questão que a propriedade literária deveria ser respeitada como a propriedade em geral, em benefício de seus detentores, brasileiros e portugueses "impedindo-se reciprocamente que nos respectivos estados se publicassem ou imprimissem obras de outra nação, sem prévio consentimento de seus autores ou legítimos donos".¹⁰

A correspondência entre os agentes diplomáticos e consulares explicitava o interesse de bibliotecas brasileiras e portuguesas por obras nacionais.¹¹ As remessas de Lisboa para a Biblioteca Imperial do Rio de Janeiro contemplavam obras da Academia Real de Ciências somando 76 títulos e incluíam a Coleção dos Principais Autores da História Portuguesa, Coleção de Livros Inéditos de História Portuguesa, *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas colônias*, *Índice Cronológico Remissivo da Legislação Portuguesa*. A legação do Brasil em Lisboa também recebia obras brasileiras requisitadas por autoridades portuguesas e fornecia textos de autores brasileiros de interesse para bibliotecas portuguesas. Houve inclusive registro do catálogo da biblioteca da Legação Brasileira na Corte de Lisboa, com significativa concentração de títulos de interesse diplomático.¹² Toda correspondência consular do período assinalava demandas por livros e publicações de interesse formal e literário.

No entanto a ausência de legislação pertinente possibilitou a impressão de muitas contrafações, ampliadas quanto a autores portugueses preferidos pelos leitores brasileiros. O problema se tornou candente para aqueles que eram lesados, inclusive pelo fato da literatura portuguesa ser fortemente apreciada no Brasil, sobretudo a obra de Eça de Queiroz. É notório que os editores brasileiros sabiam do potencial de leitores existentes e da demanda por livros entre intelectuais e profissionais do Brasil. Por exemplo, as bibliotecas dos advogados Antônio Pereira Rebouças, Melo Matos e Ferreira Viana, eram sempre renovadas a partir do que

¹⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty. Correspondência... 13 dez 1853

¹¹ AHI. Correspondência... 10 jul 1840.

¹² AHI. Correspondência... 06 out 1854

¹³ Ver Tania Maria Bessone. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros*. Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

era disponibilizado de obras portuguesas por livrarias, assim acontecendo também com vários médicos que ampliavam seus acervos respeitando o que parecia ser a preferência intelectual da elite sócio profissional brasileira.¹³

Os leilões e propagandas divulgados pelos jornais também revelavam um índice significativo quanto aos textos de belas letras, com concentração de autores portugueses, sobretudo se considerarmos o *Jornal do Commercio*. A frequência do tema belas letras, com autores portugueses, apareciam em noventa por cento dos leilões divulgados. As preferências iam também para Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Castilho, Castelo Branco e os livreiros e editores brasileiros não tinham nenhum pejo em publicá-los aqui, sem nenhum benefício para os autores. A Editora Laemmert do Rio de Janeiro tinha em seus catálogos inúmeros autores portugueses e os mais populares eram Castelo Branco, Garret e Herculano, sem que necessariamente compromissos autorais fossem honrados. Os jornais do Rio de Janeiro publicavam anúncios freqüentes das obras portuguesas aqui editadas e as bibliotecas particulares concentravam um bom índice de títulos portugueses editados no Brasil. Estas bibliotecas, sobretudo as de advogados e médicos que exerciam suas atividades no Rio de Janeiro, ajudam a compreender as preferências de leituras e o consumo de obras portuguesas no Brasil oitocentista.

Ao lado das questões tão amplas como privilégios e autorias também havia publicações que tratavam das dificuldades encontradas pelos imigrantes, e pelas relações luso-brasileiras, a partir da instalação da República no Brasil. Reflexões do português José Barbosa analisavam as relações luso-brasileiras sob a perspectiva de seu conterrâneo Consiglieri Pedroso, que, em discurso proferido em 1909, na sessão de 10 de novembro da Sociedade de Geografia de Lisboa alertava sobre o perigo de "desnacionalização" do Brasil, devido aos fluxos de imigração não-portuguesa, e sugeria diversas medidas para reaproximar Brasil e Portugal, inclusive um tratado de comércio com "vantagens especiais e exclusivas" entre os dois países.¹⁴

Barbosa contestou a concepção de alguns sobre a ameaça "desnacionalizante" dos estrangeiros no Brasil, afirmando que os laços íntimos e indissolúveis entre os dois países e a força das tradições portuguesas na cultura brasileira não seria prejudicada por excesso de migrantes de outras regiões européias. Afirmava que um tratado de comércio exclusivo com o

¹⁴ José Barbosa. *As relações luso-brasileiras; a imigração e a "desnacionalização" do Brasil*. Lisboa: Ed. José Barbosa/Tipografia do Commercio. 1909

Brasil interessava também a Portugal, que dependia do mercado consumidor brasileiro, mas que não tinha capacidade para absorver os produtos desse país. Barbosa destacava no seu texto o atraso de Portugal diante das demais nações, em especial das emergentes repúblicas americanas, e concluía com um elogio ao "americanismo" e à república: a proclamação da república também na nação lusa seria a única solução para que Portugal conseguisse reaproximar-se do Brasil e voltasse a crescer.

As riquezas e oportunidades do Brasil eram consideradas como um poderoso atrativo para a imigração, devido à falta de oportunidades para os trabalhadores europeus pois o autor julgava que: "As sociedades européias, imbuídas de preconceitos e avassaladas pelos privilégios, trancam o futuro às classes trabalhadoras. Que lhes resta senão o caminho da expatriação?"¹⁵

Em oposição ao progresso brasileiro, Portugal permanecia numa inércia comercial, social e cultural, sendo que um dos principais responsáveis por esta decadência seria o clericalismo português. Mesmo assim, considerava que os laços com Portugal permaneciam fortes na sociedade brasileira, e mesmo a Independência não significou um "rompimento com o passado" da tradição portuguesa. Por sua vez, o comércio português era visto como dependente dos mercados brasileiros: "O recurso das remessas do Brasil e a exportação que para esse país fazemos tornaram-se essenciais à vida portuguesa".¹⁶

Pedroso ressaltava que, estando a economia portuguesa dependente da economia brasileira, para a resolução dos problemas econômicos de Portugal seria necessário um "forte e largo acordo luso-brasileiro". Nesse sentido, Pedroso propunha a criação de uma "comissão luso-brasileira", com os mais diversos fins, tais como a promoção de congressos para discutir assuntos de ordem intelectual e econômica, como também divulgar deliberações que tivessem sido tomadas para beneficiar os dois países. Pretendia também negociar um tratado de "incondicional arbitragem entre Portugal, suas colônias e o Brasil"; buscar 'com urgência' um tratado de comércio que concedesse a Portugal e ao Brasil respectivas vantagens especiais, exclusivas aos dois países; criar uma linha de navegação luso-brasileira; fundar entrepostos comerciais nos respectivos países e também a construção de "palácios" em Lisboa e Rio de Janeiro para a exposição e venda de produtos do Brasil e Portu-

¹⁵ José Barbosa, op. cit. p. 07.

¹⁶ Idem. Ibidem p. 10.

gal. Também registrava em seu texto a intenção de unificar ou pelo menos harmonizar a legislação civil e comercial dos dois países.¹⁷

Os objetivos para a promoção das relações entre os dois países eram muito amplos. Incluía também a aproximação intelectual, com equivalência de títulos de habilitação para professores e diplomados a promoção de excursões e visitas de estudos regulares nos dois países como também fundar uma revista que animasse este "movimento de aproximação" e aprofundasse as relações da imprensa e de editores dos dois países, assim como de sociedades científicas, artísticas e esportivas. Nesse esforço buscariam alguma entidade brasileira - por exemplo a Sociedade de Geografia ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo - que se colocasse, também, à frente deste movimento de aproximação. O livro de Barbosa veiculou, com críticas e sugestões positivas, as possibilidades potenciais das relações Portugal e Brasil, mas não representava opiniões majoritárias.

Esse entusiasmo e visão positiva sobre as possibilidades das relações luso-brasileiras apresentada nesta obra não caracterizavam a opinião de outras publicações e também não traduzia a atitude da população em geral. O preconceito e o anti-lusitanismo eram muito presentes entre a população brasileira. O número de imigrantes existente no Rio de Janeiro criou muitas animosidades, mas permitiu manifestações permanentes e duradouras do ponto de vista positivo para o conjunto da população. Havia muitas iniciativas culturais que colaboravam para a integração. Muitos jornais tais como o *Jornal de Domingo*, *O Ocidente*, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* e *Ilustração Portuguesa* eram importantes registros para a colônia portuguesa no Brasil.

Além disso muitos imigrantes portugueses promoveram a instalação de instituições de apoio e ensino para integrar seus conterrâneos. Um marco neste tipo de iniciativa foi o Real Gabinete Português de Leitura. Local importante para o convívio cultural entre portugueses e brasileiros, tornou-se desde sua origem uma biblioteca muito freqüentada pelo público leitor carioca. Fundado em 1837 por imigrantes portugueses, ampliou-se, sofreu mudanças e reformas sucessivas até estabelecer-se em um prédio construído especialmente para ele na Rua Luís de Camões. Tinha alguma similaridade com outros gabinetes já existentes em Portugal, afastando-se, no entanto, do modelo original francês. Os gabinetes de leitura, que surgiram e se multiplicaram na França durante o século XVIII, se caracteriza-

¹⁷ José Barbosa, *op. cit.* p. 12-15.

vam por oferecer uma grande quantidade de jornais e novidades "quer franceses quer estrangeiros, e por uma biblioteca escolhida de obras antigas que colocam por um preço módico, à disposição do público". Os gabinetes de leitura eram então comuns na Europa. Desempenhavam a função intermediária entre as antigas salas de leitura, em ambiente doméstico de casas mais sofisticadas, e as salas de leituras públicas, onde se alugavam livros para consumo de um leitor menos exigente.

No caso do Gabinete do Rio de Janeiro o modelo é diferenciado do original francês e foi criado visando a integração entre a biblioteca e uma agremiação de natureza cultural. Oferecia também cursos e palestras para imigrantes recém chegados na tentativa de integrá-los a novos ofícios. O primeiro registro de sua fundação foi a ata da sessão de 14 de maio de 1837, quando se reuniram, na residência do acionista Antônio José Coelho Louzada, o Encarregado de Negócios da Nação Portuguesa João Baptista de Moura, que presidiu a assembléia, sendo indicado para a presidência José Marcelino da Rocha Cabral, advogado em Lisboa, imigrado para o Brasil.

Durante a primeira década de funcionamento, o Gabinete contou com os esforços de vários associados bastante dedicados. O primeiro cargo de bibliotecário foi ocupado pelo médico responsável pela introdução da homeopatia no Brasil, Dr. José d'Almeida e Silva, substituído posteriormente pelo lente do Colégio Pedro II, Tibúrcio Antonio Craveiro e José Bernardo de Almeida, que era cirurgião. Médicos, professores, comerciantes, advogados sucederam-se na administração, e procuraram tornar o acervo mais acessível e sua utilização mais sistematizada. A quantidade de volumes se ampliou de tal forma que passou a exigir novas instalações: em 1880, foi lançada a pedra fundamental da nova sede. Ainda com o endereço da Rua dos Beneditinos n. 12, fazia divulgar suas excelências no Almanaque Laemmert e, em 1881, registrava: "Contém a biblioteca desta sociedade 23.853 obras (cerca de 50.000 volumes), compreendendo grande número de obras raras e manuscritos de valor (...) tem à disposição dos acionistas, subscritores e visitantes 80 diversas revistas e periódicos literários, científicos, artísticos e políticos, em vários idiomas".¹⁸

O horário de funcionamento era bastante generoso - das 9 horas da manhã às 9 horas da noite - abrindo parcialmente em dias santificados e datas comemo-

¹⁸ Cf. A. A. de Barros Martins. *Esboço Histórico do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1901, p.16. Ver também *Almanaque Laemmert. Administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1881, p.507-508.

rativas até às duas da tarde, e só fechando nos dias de Ano Bom, *Corpus-Christi*, Espírito Santo, Natal e Domingo de Páscoa. Era bastante flexível quanto à admissão de novos sócios, fazendo-o sem distinção de nacionalidade. Como espaço de sociabilidade, o Gabinete teria sido responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre seus frequentadores.

Foram inúmeros os projetos comuns que permitiram o estreitamento de relações sociais e culturais. Houve ênfase nos cuidados de manutenção do acervo bibliográfico, significativo para médicos, advogados e comerciantes, e na integração de vários projetos culturais luso-brasileiros. Além da sala de leitura, possuía instalações para conferências e outros eventos culturais. Havia programação de centenários de escritores, comemorações ligadas a importantes datas comuns a Portugal e ao Brasil. Intensa era a colaboração existente entre seus administradores e associados.

Outros indicadores auxiliam na compreensão do caminho percorrido por portugueses e brasileiros em suas manifestações de simpatia e rejeição, pelo passado colonial e pelo que representavam as massas de imigrantes para os trabalhadores nacionais. No entanto para as camadas mais privilegiadas da população brasileira nada substituía a representação sofisticada da civilização francesa. A busca por "Paris na América" foi representada das mais diversas formas, mas vou destacar aqui um almanaque que se tornou um indicador da admiração pelos franceses. O *Almanaque Garnier* foi aqui destacado para demonstrar uma tendência na preferência do público leitor brasileiro e como a França vinha ocupando os corações e mentes de maneira significativa.

Ao lado da rejeição ao português, fato que parecia não atingir sua produção literária, ampliou-se a atração irresistível por tudo que era francês. No *Garnier* esta admiração ficava cada vez mais patente. Percebe-se diferenças de ênfase às notícias sobre a França, não só pelo fato de seu proprietário ser francês, mas também porque conseguia assim expressar a admiração que a sociedade brasileira dedicava à cultura francesa. As notas e informações sobre Portugal tinham uma menor escala e aproximavam-se das tendências registradas em outras publicações.¹⁹

Analisando alguns itens do *Almanaque Garnier*, no período de 1903 a 1914, pode-se perceber que notícias, informações, literatura e demais questões relativas à França tinham mais destaque. Por exemplo, a visita de Anatole France ao Brasil, em

¹⁹ José Honório Rodrigues (org). *Almanaque Garnier, 1903-1914; Gazeta Literária, 1883-1884*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

1910 foi amplamente noticiada, registrando-se o discurso de recepção elaborado por Rui Barbosa. Questões relativas a direitos autorais e plágios de obras francesas eram freqüentes. Textos contendo comentários sobre obras de história da França também aparecem com assiduidade. No entanto a livraria Garnier era a responsável pela publicação de numerosos autores portugueses, como por exemplo uma publicação denominada *Brasília*, da Biblioteca Nacional, com 21 volumes e excertos de autores portugueses, organizados pelos irmãos Antonio e José Castilhos. O almanaque publicava textos que comparavam os leitores nacionais e europeus, enfatizando a ausência de hábitos de leitura dos brasileiros, além de indicar uma série de títulos de obras e autores que tinham a preferência do público.²⁰

A forte presença portuguesa, acrescida a partir da onda de imigração para o Brasil em meados do século XIX, formando um ciclo ascendente de imigrantes, que flutuou entre 10 e 45 mil saídas anuais de Portugal. Em sua maioria, radicaram-se nos principais centros urbanos, como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, pontilhando o país com sua presença. Além de reafirmarem o monopólio tradicional nas atividades típicas do pequeno comércio urbano, eles ingressaram na massa operária, que se constituía no Rio de Janeiro e em São Paulo, passando a concorrer com a mão-de-obra nacional no restrito mercado de trabalho dessas cidades. Essa situação tendeu a consolidar duas imagens divergentes do imigrante português: de um lado, propalada pela imprensa anti-lusitana, a do português ignorante, analfabeto, oportunista, adulterador de pesos e medidas; de outro, a do português obediente, trabalhador e apolítico, ideal para o ordem social vigente, cuja idealização foi elaborada, em parte, pela elite da própria colônia lusitana, que também destacava o papel do emigrante na manutenção dos laços econômicos, culturais e afetivos com o Brasil, considerado a maior obra realizada por Portugal.²¹

No entanto, a partir da segunda década do século XX, a tendência predominante foi para uma aproximação recíproca. É oportuno citar um trecho da obra de José Barbosa que em 1909, destacava a nova visão europeia do Brasil:

O Brasil já foi uma região mal conhecida. Hoje já o não é. Em todos os centros civilizados deixou de ser ignorado. Existe, enfim! E não existe somente por ser riquíssimo de climas, de flora e de fauna, nem

²⁰ *Almanaque Garnier*, op. cit., Rio de Janeiro, 1904 p. 202-205

²¹ Cf. Eulália Maria Lahmayer Lobo. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2001, p. 17-19; Lúcia Maria Bastos P. Neves & Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira, "As relações culturais ao longo do século XIX"; In: Amado Luiz Cervo & José Calvet de Magalhães. *Depois das caravelas ...*, p. 244-245.

por oferecer, nos seus terrenos explorados, largo campo às ambições insatisfeitas dos povos do Velho Mundo [...] Mas o que mais lhe propaga o nome é a surpresa causada pela sua cultura [...]”²²

As transformações experimentadas por europeus e americanos no início do século XX refletiam-se em novas perspectivas para as relações culturais luso-brasileiras, criando possibilidades de aproximação, a par de um imaginário tão contraditório.

Resumo

Esta comunicação pretende desenvolver aspectos do olhar brasileiro em direção ao estrangeiro, sobretudo quanto as representações que contribuíram para as atrações positivas e negativas entre brasileiros e portugueses. Examinarei o lugar ocupado pelo Brasil nas imagens e representações elaboradas por portugueses em jornais e revistas em fins dos oitocentos e nas décadas iniciais do século XX. Imagens e representações concretizadas em "ações culturais", que podem ser delineadas por meio da atuação diplomática (em especial, aquela relativa à emigração, no caso português), de correspondências e da produção de imigrantes portugueses. Brasil. O texto desenvolverá uma abordagem sobre as relações culturais a partir do exame de fontes relativas às trocas culturais entre brasileiros e portugueses, fundamentando-se em particular em jornais, revistas, e correspondências.

Heading: Portugal and Brazil: representations and debates

Abstract

The representations that contributed to develop the positive and negative attractions between Brazilians and Portuguese will be discussed in the text based on articles published in books, newspapers (periodicals) and magazines from the last decades of the 19th and beginning of the 20th centuries. These attractions and repulses that occurred in the cultural relations between Brazil and Portugal are exposed in intellectual and politicians discussions and proposals, reaching daily problems and also cultural-political matters that affect both nations.

Key-words: Portuguese-Brazilian cultural relations; Portuguese-Brazilian representations in the Press; Press and cultural-political discussions.

²² José Barbosa. *As relações Luso-Brasileiras: a imigração e a desnacionalização do Brasil*. Lisboa: Ed. de José Barbosa/Tipografia do Comércio, 1909, p. 6-10.